

UTOPIA INDÍGENA: UMA ABORDAGEM MULTICULTURAL EM AULAS DE LITERATURA

Angela Baraldi Pacheco*

Resumo: O artigo apresenta uma proposta para análise textual que segue a tendência multiculturalista. Em princípio, o texto discorre sobre questões teóricas que pretendem esclarecer acerca das concepções que o termo utopia contempla desde a sua criação por Thomas More, passando pela visão dos jesuítas no período colonial e mesmo na literatura romântica, particularmente de José de Alencar. Em seguida, faz-se a análise de textos pertencentes a dois gêneros, uma narrativa ficcional e um discurso político, explorando-se a idéia de exclusão a que se submeteram os índios, em nome de uma utopia. Finalmente, atividades de leitura, em diferentes linguagens como a literatura, o cinema e a música, são sugeridas.

Palavras-chave: Utopia. Índio. Multiculturalismo. *O Guaran.*, José de Alencar. Marcos Terena. Ensino. Literatura.

O ensino de literatura, a partir de uma proposta multicultural, necessita – antes de qualquer aplicação – de que se discuta a concepção de multiculturalismo e, principalmente, de que se ampliem as questões teóricas suscitadas por essa reflexão: o complexo cultural brasileiro que determina a existência de várias vozes, de várias textualidades, da diferença, entre outros fatores.

O termo surge da própria definição de cultura que, acrescida de “multi” (várias), indica a postura assumida ante uma sociedade composta por diversidades de natureza étnica, social, sexual, lingüística, etária, etc. É claro que uma explicação baseada apenas no acréscimo de um prefixo torna-se simplista, em meio às conotações assumidas pelo termo na sociedade moderna, o que torna necessária uma ampliação dessa idéia, a partir de estudiosos da área.

* Mestre em literatura brasileira pela UFAL, com dissertação intitulada *Multiculturalismo e ensino de literatura: uma proposta para análise de textos* (2003), professora de literatura e coordenadora de Ensino Médio do CEFET, Alagoas.

Marialva Barbosa afirma que o multiculturalismo é um “intrincado movimento teórico que abrange diversas disciplinas, e que se fundamenta na crença de que não existe uma única história, uma única literatura, uma única sociologia. Acredita-se, em suma, na possibilidade de múltiplas manifestações culturais” (2001, p. 168). Barbosa, ao usar a expressão “intrincado”, faz alusão à complexidade da teoria, mas destaca a interdisciplinaridade inerente ao assunto e, sobretudo, acentua as várias textualidades presentes em áreas diversas, o que pode democratizar o ensino, quando exploradas, e trazer à tona questões polêmicas e pouco discutidas. Interessa-nos, nessa visão, o caráter plural atribuído às disciplinas e às ciências, já que essas ajudam a construir modelos na sociedade.

Andréa Semprini, em *Multiculturalismo*, faz um estudo sobre a origem e a evolução dessa concepção. Dentre os aspectos abordados pelo autor, a questão da diferença aparece como fundamental para os estudos multiculturais: “A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico” (SEMPRINI, 1999, p. 11).

Levantar essas diferenças é uma importante questão: reconhecê-las pode motivar todo tipo de preconceito; negá-las pode significar a rejeição de identidades ou a não discussão de problemas que afligem os indivíduos modernos, como a ascensão social, colocação profissional, relações pessoais, valorização de culturas e outros. Apresentaremos, aqui, o multiculturalismo enquanto marca da sociedade brasileira, afirmando as diferenças, e, seja qual for a sua natureza, reconhecendo os preconceitos que cercam tais diferenças, sobretudo, de forma crítica, dando espaço para que as diversidades falem na história oficial, na política, na literatura, na educação, sendo os dois últimos nosso foco.

Tratar a educação sob o ponto de vista multicultural implica traçar projetos que se voltem para a releitura de conceitos pedagógicos já cristalizados mundialmente. E, quando se fala, especificamente, de aulas de literatura, essa revisão assume uma abrangência que atinge o próprio *status* literário (cânone) e, também, a exploração temática dos textos, enquanto recurso didático.

No que se refere ao cânone, o multiculturalismo busca uma democratização, ou seja, a abertura de espaços neste círculo fechado em que se transformaram as instâncias responsáveis pela atribuição de valor estético às produções artísticas. Quanto aos conteúdos, propõe a inserção de temas silenciados nos textos, ou pelo discurso literário comprometido com as elites culturais, ou pelo teor crítico que os acompanha.

Procuraremos ilustrar essa concepção com uma proposta em que o tema será norteador da busca de abertura dos espaços restritos em nossas salas de aula. Nesta abordagem, a temática escolhida é “utopia indígena”. Procuraremos enfocá-la a partir de falas e de posições diferentes: em *O Guarani*, de José de Alencar, um lugar privilegiado na cultura; e em um discurso do índio Marcos Terena, uma posição marginalizada.

A “utopia indígena” será apresentada numa perspectiva negativa: enquanto projeto de reforma que seguiu um modelo religioso ocidental, ajudou a silenciar a cultura indígena. Competenos, porém, destacar que utopia, em princípio, remete a um caráter positivo, de busca, de sonhos, de adequações para um lugar possível. Os próprios PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) reforçam essa idéia, ao considerar a educação enquanto utopia:

Diante desse mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem [e mulher], a educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção de paz, de liberdade e da justiça social (PCNs, 1999, p. 30).

Mas se, posteriormente, o lugar fica acima do indivíduo, eticamente, a utopia passa a ser questionável. É o caso presente na história colonial brasileira, através da ilusão vivida pelos jesuítas que acreditavam no surgimento de um novo paraíso no Brasil:

A tarefa a que os missionários se propunham não era transplantar os modos europeus de ser e de viver para o Novo Mundo. Era, ao contrário, recriar aqui o humano, desenvolvendo suas melhores potencialidades, para implantar, afinal, uma sociedade solidária, igualitária (RIBEIRO, 1995, p. 60).

Essa sociedade espelha a ilha Utopia idealizada pelo cristão e humanista Thomas More no século XVI¹, no que se refere aos ideais de igualdade e solidariedade, mas afasta-se desse modelo quando ignora os habitantes desse espaço sonhado: na ilha imaginada por More, os “naturais da região” viviam em harmonia com os viajantes que lá chegavam; na “ilha Brasil”,² deu-se o contrário. Tal lugar (o paraíso) foi perseguido acima de uma cultura nativa e em detrimento das crenças das populações indígenas, sobrepondo-se a um ambiente já existente no Brasil colonial.

Priorizar o individual ou o coletivo é uma questão já tratada pelos conceitos de globalização. Otávio Ianni (1999), em *Teorias da Globalização*, torna claro que o indivíduo deixou de ser o foco das principais discussões mundiais para dar vez à sociedade. Fato que, na modernidade, pode ser absorvido, pois os meios de comunicação aliados aos meios de transporte, ambos avançados, aproximam as culturas e permitem o diálogo. Mas, nos primeiros séculos da colonização do Brasil, diante de populações nativas tratadas como inferiores, pensar no global (Europa) significou eliminar o local (índios).

Para índios e índias da época da colonização, não havia um conceito de utopia tal como é concebido no Ocidente. Existia a natureza, o mar, as frutas, os animais e as crenças baseadas nas próprias transformações naturais, e sua cultura era resultante desse contato direto com o meio, onde o equilíbrio se evidenciava. Isso não significa dizer que as populações indígenas não tinham ou tenham seus anseios na busca de harmonia com a natureza. A “utopia indígena” foi perseguida pelos portugueses e por seus descendentes, numa tentativa de amenizar seus remorsos, após a constatação de uma catástrofe humana, ou por acreditarem que poderiam de fato ensinar a populações nativas o que era a civilização:

utopia, palavra que condensa aspirações, projetos e fantasias que se multiplicam a partir dos primeiros

¹ No livro *Utopia*, cuja publicação em latim ocorreu em 1516.

² Em 1500, quando chegaram ao Brasil, os portugueses imaginaram ter encontrado uma ilha, dando-lhe o nome de Ilha de Vera Cruz. Somente um ano mais tarde, o engano foi desfeito.

encontros entre europeus e americanos. Utopia que favorece as diversas “visões do paraíso” dos viajantes como Colombo e Vesúcio, e que alavanca as experiências de cristianismo social promovidas pelos missionários. Utopia que não é mera transposição dos desejos clássicos de harmonia social sobre a superfície de uma geografia nova e propícia, mas um modo de compreensão, e também um modo de invenção, para observar e construir realidades americanas (CORDIVIOLA, 2001, p. 7).

A grande utopia dos jesuítas era “recuperar” uma raça cuja cultura lhes parecia inferior, ou, ainda, inexistente. Essa “recuperação” consistia em ensinar a religião católica e, conseqüentemente, pregar os valores do cristianismo relacionados à vida em família e na sociedade. Na prática, desse contato entre europeu e nativos indígenas, o resultado para este último grupo foi, quando não a morte, a exclusão da terra e da futura nação.

Na ficção, essa utopia foi retomada mais consistentemente no Romantismo, estilo das idealizações³ que, aliás, convergem em alguns aspectos com as utopias, através do Indianismo. Na literatura, essa utopia se manifestou em personagens como Peri, Iracema e Ubirajara.

Na realidade, para os grupos indígenas do século XX, que tomaram contato com as mazelas sociais – preconceitos, miséria, doenças, fome, violência –, a utopia aparece em discursos de índios que perceberam que, para cobrar o que é de direito (a terra), deveriam romper os espaços de dominação do indivíduo dito civilizado. Foram poucos, e poucos foram ouvidos, mas por que não lembrar do cacique Juruna (eleito deputado federal), de Marcos Terena (piloto formado e liderança indígena) e do cacique Raoni (liderança conhecida mundialmente)? Sem falar dos grandes nomes, não indígenas, que tanto se dedicaram aos nativos brasileiros, como Darcy Ribeiro e Orlando Vilas Boas.

³ Essas idealizações, decorrentes do ideal francês de liberdade, igualdade e fraternidade, também surgem da busca de uma sociedade melhor.

Faremos, a seguir, um contraponto entre a literatura Indianista e um discurso proferido por um índio, com o objetivo de levantar discussões com teor crítico sobre as ideologias literárias e as reais circunstâncias que envolveram e envolvem o contato entre índio e europeu.

O Guarani, de José de Alencar e o depoimento do índio Marcos Terena

Nesta proposta de análise textual, serão apresentados aos alunos dois textos cujo foco será o índio. O primeiro, *O Guarani*, de José de Alencar, é um clássico da literatura romântica indianista, marcado por idealizações. O segundo texto é um discurso crítico do índio Marcos Terena, marcado por um realismo de denúncia. Produções feitas em épocas bem distintas (mais de 100 anos as separam), marcadas por fatores ideológicos próprios do contexto em que foram escritas, além das funções assumidas, estética e política, e das posições assumidas por quem as escreveu, um mestiço comprometido com as elites e um índio que busca espaço.

O Guarani é uma das obras mais estudadas no ensino médio; são comuns, em livros didáticos, fragmentos, análises e exercícios interpretativos em que se destaca a idealização do índio Peri, um dos personagens centrais do romance. Também, nos livros de teoria literária, é uma obra bastante comentada e, por vezes, apresentada como leitura obrigatória, pois é um romance típico dos padrões de texto literário canônico.

Guarani foi uma importante nação indígena que dominou a América do Sul. No livro de José de Alencar, é representada pelo índio Peri. É interessante como se desenha a idealização em torno desse personagem: ele é passivo, fiel, dedicado àquele que se destacou combatendo os índios, D. Antônio, que “era fidalgo português” e “afoito a combater os índios” (1998, p. 19).

O índio idealizado transforma-se em escravo ou animal de estimação que incorpora rapidamente os hábitos, as crenças e os valores da família portuguesa, tornando-se não uma vítima da aculturação, mas, como claramente é passado através de um discurso dominante, um ser privilegiado. Nesse aspecto, evidencia-se um

choque cultural e conseqüentemente o apagamento de uma cultura, fato já comum nas páginas literárias.

De acordo com Alfredo Bosi (1992), José de Alencar é uma voz dentro do Indianismo que representa a resistência à mudança:

O primeiro quartel do séc. XIX foi em toda a América Latina, um tempo de ruptura. O corte *nação/colônia, novo/antigo* exigia, na modelagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado, o pólo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia o seu nome; de outro, o pólo português, que resistia à perda do seu melhor quinhão.

Segundo esse desenho de contraste, o esperável seria que o índio ocupasse, no imaginário pós-colonial, o lugar que competia, o papel de rebelde. Era, afinal, o nativo por excelência em face do invasor; o americano, como se chamava, metonimicamente, versus o europeu.

Mas não foi o que se passou em nossa ficção romântica mais significativa. O índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador (1992, p. 177).

A utopia, presente nos argumentos dos colonizadores de “salvar essa gente”, manifesta-se na literatura indianista de José de Alencar. No livro, fica claro que, para o europeu colonizador, mesmo com a sonhada aculturação, o índio não passa de um selvagem como qualquer outro das matas brasileiras – “estes dois selvagens das matas do Brasil” – (1998, p. 34), referindo-se, o narrador, ao índio e a uma onça pintada.

Torna-se evidente que a questão cultural imposta pela busca de “salvação” esbarra na etnia,⁴ pois Peri era “um selvagem que tem a pele escura e o sangue vermelho” (1998, p. 41), como fala a personagem Isabel (mestiça, supostamente filha de D. Antônio e de uma índia), que se sente excluída e transfere sua revolta contida a ataques verbais ao índio Peri. A diferença é posta como fator

⁴ O termo *etnia* foi empregada como sinônimo de raça. No livro *Multicultural States*, David Bennet apresenta uma diferença entre esses termos.

determinante para a marginalização do índio (a cor da pele e o sangue não mudam).

Para que essa utopia/idealização torne-se mais convincente, as transformações do índio aparecem nas suas próprias ações e falas: “Oh! o sol deixará primeiro a Peri, do que Peri a eles” (1998, p. 72) – frase totalmente transgressora da cultura indígena, que vê o sol como um deus (deus Tupã). Dentre tantas outras passagens, observe-se também: “seria uma profanação consentir que um olhar visse [...] a senhora no traje de banho...” (1998, p. 74) – outra quebra cultural, já que os índios andavam naturalmente nus.

Em relação às tradições, as mudanças ocorrem pela aquisição de hábitos e crenças. No romance, o acesso definitivo de Peri à cultura portuguesa só foi possível mediante o batismo que simbolizou o rompimento com suas raízes.

Destacando, agora, o discurso⁵ proferido por um índio, Marcos Terena, nas comemorações dos 500 anos do Brasil, festejados em 2000 – com importantes solenidades pela Nação –, fica evidente a violação sofrida por essa raça nativa e o quanto se torna hipócrita a idealização da literatura romântica: “Nós, os índios do Brasil, nos consideramos as grandes vítimas nesses quinhentos anos, inclusive os grandes mudos da história do nosso Brasil” (2000, p. 1).

Essa fala na voz de um índio representa um clamor que em poucas situações tem espaço para ser expresso e, quando é dada ao índio a voz em comemorações oficiais, seleciona-se aquele que tem trânsito entre as duas culturas, a das cidades e a das aldeias:

Sou um índio da tribo Terena [...]. Estou morando em Brasília há mais de quinze anos. Sinto-me bem aqui em Brasília, fazendo esta ponte entre duas civilizações, entre duas culturas que fazem parte de uma mesma terra, que é o nosso Brasil (2000, p. 1).

Nesse fragmento, observa-se a ambigüidade que cerca a identidade do indivíduo e que é peculiar a um ambiente formado por

⁵Discurso disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/Camara500/Seminarios/PB_MarcosTerena.htm

múltiplas culturas. Uma ambigüidade que ocorre porque, ao se assumir enquanto raça (neste caso indígena), para ser ouvido, é preciso que este mesmo indivíduo incorpore os elementos de uma cultura colocada como superior.

Em seu discurso, Marcos Terena prossegue afirmando como concebe a idealização transformada em utopia, ou vice-versa. Ao se reconhecerem os choques culturais tão latentes em nossa sociedade, fica evidente na fala do índio a consciência de que um povo (indígena) ficou relegado em função de outro (europeu colonizador).

Durante esses cinco séculos falamos tantas verdades, as nossas verdades, mas todos pensaram: “olha, a verdade do índio é uma verdade mentirosa; a verdade do índio está errada”. Então, chegaram os religiosos, os colonizadores, e pouco a pouco foram tentando anular os nossos valores (2000, p. 1).

São sete páginas de um discurso em que Marcos Terena fala tudo o que já se sabe, mas finge-se não entender e se omite na história, na política, na legislação e na literatura. Através de seu depoimento, faz críticas e cobranças que levam a reflexões sobre o verdadeiro significado das comemorações dos 500 anos do Brasil. Às poucas comunidades indígenas brasileiras restaram os protestos que são marginalizados pelos organizadores dos eventos. Aliás, esqueceram de convidá-las (comunidades indígenas) para essa festa dos 500 anos do Brasil. Na verdade, não há o que comemorar:

Tiraram pedaços dos índios. Eu olho para vocês aqui e posso ver pedaços de índios no meio de muitos de vocês. Talvez o nome de vocês seja Maíra ou Tainá; talvez o bairro de vocês se chame Tibiriçá. [...] As pessoas falam esses nomes e não percebem que são pedaços de povos indígenas. Meu papel é falar disso a vocês para que percebam que fazem parte da civilização indígena e sintam orgulho disso, não desprezo, vergonha (2000, p. 2).

Reforçando a fala de Marcos Terena, afirmamos com essa proposta que nosso papel, enquanto educadores, é “falar disso” aos(as) alunos(as), para que sintam orgulho dessa cultura tão presente em nossa história e vista a todo instante nos traços dos brasileiros, nas

identidades, na geografia, na língua. Pedacos significativos que não podem ser esquecidos por nossos(as) professores(as) em qualquer nível de ensino.

Julgamos que, em aulas de literatura, o espaço para as discussões se intensifica com a apresentação de temas que dialogam de forma crítica com os textos literários. Segue uma proposta nessa linha.

Proposta de atividades:

1º Momento:

- Apresentação de tema para debate: *A cultura indígena*
- Criação, juntamente com a turma, de um roteiro para discussão
 - caracterizar a etnia indígena
 - situar o índio ontem (500 anos atrás) e hoje (a partir de 2000).

2º Momento:

- Entregar fragmentos do livro *O Guarani* de José de Alencar, principalmente trechos em que a idealização do personagem Peri é tão marcante que devora a cultura do índio brasileiro;
- Fazer análises desses trechos, enfatizando que a fala dominante no texto induz à utopia indígena perseguida pelo colonizador e reforçada pela literatura enquanto representante de uma elite cultural.

3º Momento:

- Entregar aos alunos o discurso proferido pelo índio Marcos Terena nas comemorações dos 500 anos do Brasil;
- Solicitar a leitura do texto e pedir também que se destaquem as principais reivindicações do índio.

4º Momento:

- Fazer um quadro comparativo entre as atividades do índio Peri (idealizado) e de um índio nativo.

Outras leituras de *O Guarani* (filme de Norma Bengel e ópera de Carlos Gomes)

Dando seguimento às atividades, o(a) professor(a) poderá apresentar à turma o filme *O Guarani*, dirigido por Norma Bengel. E, em outro momento, ao som da Ópera *O Guarani*⁶, de Carlos Gomes, solicitar da turma um comentário escrito sobre o comportamento do índio Peri apresentado no filme de Norma Bengel. Ao final das propostas, sugerir a leitura do texto integral de *O Guarani*, de José de Alencar.

Os estudos multiculturais permitem a inserção de temas em nossas aulas que ora dialogam, ora contrastam com as culturas hegemônicas difundidas pela história, pela literatura e pela pedagogia de modo geral. O índio, sendo o primeiro elemento humano da história do “descobrimento” do Brasil registrado em documentos – tanto históricos, quanto literários – mereceu destaque nesta exposição.

Com a “Utopia indígena”, ilustrou-se um quadro em que o melhor lugar reflete a posição de quem vê, ou imagina, ou idealiza. Essa posição é determinante, sobretudo, numa sociedade como a brasileira que se construiu a partir de um modelo hierárquico: o europeu, acima; os nativos, à margem. Cabe ao(à) professor(a) deixar clara essa posição dominante que ajudou a construir a “utopia indígena”, bem como destacar o que ela, a utopia representou para o passado, representa para o presente e representará para o futuro.

Referências

ALENCAR, J. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

BARBOSA, Marialva. A Comunicação transfronteiras e a interculturalidade. In: Cecília PERUZZO, Maria Krohling & PINHO, José Benedito (Orgs.). *Comunicação e interculturalidade*. São Paulo: INTERCOM; Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

BENNET, David. *Multicultural States*. Disponível em: www.ebookmall.com. Acesso em: 19 de fevereiro de 2003.

⁶ Há também o filme da ópera, que pode ser apresentado para a turma.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 1. Bases Legais*. Brasília,DF, 1999.

CORDIVIOLA, Alfredo (Org.). *Um projeto inacabado: identidades latino-americanas no ensaio do século 20*. Recife: Bagaço, 2001.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEMPRINI, Andréa. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.

VIVEIROS, Eduardo. Panaméricas não-utópicas. Caderno Mais! *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 agosto 2002. Entrevista.